

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE,**
2 **REALIZADA NO DIA 01 DE JULHO DE 2010, NO PLENÁRIO CONSELHEIRO EVARISTO GARCIA,**
3 **SITUADO NA AVENIDA AFONO PENA, 2336, 14º ANDAR, FUNCIONÁRIOS.**

4 Aos dias primeiro do mês de julho do ano de 22010, às 14h40 iniciou-se a reunião do Conselho Municipal
5 de Saúde de Belo Horizonte, para discutir os seguintes pontos de Pauta: 1. **Informes gerais ; 2. Abertura e**
6 **verificação do número de conselheiros presentes para início da reunião; 3. Informes da Mesa**
7 **Diretora ; 4. Apreciação do Contrato Global da Santa Casa de Belo Horizonte: 5. Assuntos Gerais.** O
8 Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte inicia abrindo espaço para informes. A
9 conselheira Maria Cristina Fiúza lembra da última plenária do cmsbh, quando foi discutido a saúde do
10 homem, e lembra da necessidade do homem desenvolver a conscientização do homem se responsabiliza
11 sobre sua saúde. O Conselheiro Paulo Venâncio lembrou que no dia 27/06 fez um ano de morte do
12 conselheiro Evaristo Garcia. Informou ainda sobre uma discussão sobre o consumo na atualidade e quais
13 suas relações com as questões da saúde. Lembrou ainda sobre a utilização do termo **paciente** no
14 atendimento do SUS. Faz-se necessário repensar esta nomenclatura, uma vez que quais são os objetivos por
15 detrás dessa terminologia, e o conselho municipal de saúde votou que esta terminologia não deveria ser
16 utilizada, mas algumas instituições de ensino ainda continuam utilizando esta nomenclatura com os usuários
17 do SUS. A 1ª Secretária, Kátia Valéria dos Santos, falou sobre a questão de mudança de gerencia das
18 unidades de saúde, pois acontece a saída das gerentes, antes de acontecer a reposição. Fala que a SMSA
19 deveria mudar a forma de realizar esta transição para o usuário e trabalhadores da unidade de saúde não
20 ficarem prejudicados. O Presidente Willer Marcos Ferreira informou que ma última plenária de usuários
21 foram levantados alguns questionamentos sobre a questão do Caixa Saúde, e esse assunto será discutido
22 na próxima plenária do 28/07/2010. Também falou de duas denúncias sobre a relação dos gestores da
23 unidades Paraúna/ Venda Nova e Alcides Lins, e o gerente dessas unidades está com um tratamento
24 “esquisito” com os trabalhadores. Informou também que na semana passada, em uma reunião com a
25 Promotora Josely Ramos, ela ficou de questionar a SMSA sobre o fechamento do Hospital Alberto
26 Cavalcanti, e para onde serão encaminhados os usuários que eram atendidos naquele hospita. Informa que
27 foi retirada uma proposta dos usuários, que foi a municipalização do Alberto Cavalcanti e Júlia Kubstchec, e
28 solicita apoio dos trabalhadores. O conselheiro José Coelho informa que os trabalhadores do Júlia Kubstchek
29 não estavam respeitando a proibição de fumar dentro do hospital, mas após uma reunião ficou definido criar
30 um espaço especificamente para isso. Informou também sobre a renovação do conselho distrital do barreiro,
31 e a partir do dia 02/08/2010, ele não fará mais parte do conselho distrital, mas continuará na comissão local,
32 e que ele não será conselheiro municipal de saúde na próxima gestão, fala que os conselheiros que virão
33 nesta próxima gestão devem ter consciencia para lutar para as questões da saúde da população. Willer
34 Marcos esclarece que não pode haver fumódromo nos hospitais e em locais públicos. O conselheiro Welson
35 Alexandre informou que chegou hoje às unidades de saúde a caderneta da saúde para criança, que contém
36 várias orientações importantes para a saúde da criança. Foi uma cartilha lançada pelo Ministério da Saúde,
37 e ele solicita que esta cartilha não seja divulgada apenas por um curto prazo. Lembra ainda sobre as
38 principais discussões do cmsbh durante esta gestão, e lembra a necessidade do conselho fazer uma
39 discussão sobre a rotulagem dos produtos, pois muitas doenças celíacas estão ligadas à composição de
40 certos alimentos. Faz uma denúncia de que crianças que estudam fora de sua área de abrangencia não
41 foram atendidas no centro de saúde próximo de sua escola. Paulo César Machado faz esclarecimentos de
42 algumas questões. Sobre a questão da substituição de gerentes das unidades de saúde, a gestão pode
43 buscar soluções para resolver a situação. Sobre a caixa saúde, ele fala que alguma pessoa da gestao irá
44 participar da plenária da saúde. Sobre o PA do Alberto Cavalcanti, ele esclarece que de fato o serviço foi
45 fechado porque existem vários médicos estão saindo do CGP em função de aposentadoria, e os médicos do
46 AC foram transferidos para o CGP, porque a FHEMIG entendeu ser menos honeroso a transferencia. Sobre
47 a municipalização vê uma boa proposta, e a gestão estará aberta para realizar as discussões, e vê qual a
48 possibilidade de abraçar esta proposta. Sobre a questão do programa Saúde na Escola, ele fala que já
49 foram feitas algumas discussões iniciais na MESA-SUS, e foi determinado que seria feita uma discussão
50 mais ampliada, e muitas questões serão esclarecidas, e posteriormente pautado em plenária. Faz uma
51 solicitação à CTF realizar a discussão do Plano de Ações e Metas da Leishimaniose Visceral, que na verdade
52 é uma continuidade da ação que já vem sendo realizada mas houve agora uma diferenciação de valores, na
53 terça feira 06/07 pela manhã, visto que esta reunião foi cancelada nesta semana e é necessário um parecer
54 da câmara técnica de financiamento. Solicita também que seja cancelada o ponto de pauta da próxima
55 quinta feira, sobre uma Resolução de Capacitação dos Trabalhaores de nível médio. Havia uma proposta da
56 ctgft apresentar à mesa diretora uma proposta de resolução, mas isso não aconteceu. Como é necessário
57 fazer uma discussão mais ampliada, ele solicita que este ponto de pauta seja retirado da reunião do dia
58 08/07/2010. Logo em seguida, Willer Marcos informou que todos os conselheiros receberam o Cronograma
59 das Plenárias dos Seguintos para renovação do CMSBH 2010/2012, sobre a data dos gestores e
60 prestadores, a gestão da SMSA agendará uma reunião específica para tirar os representantes, e
61 principalmente conscientizar os prestadores sobre a importancia de participar desse conselho. As vagas
62 para represntantes gestores/ prestadores serão divididas entre: 4 para gestão smsa, 3 prestadores
63 públicos/privados, 1 formador e 1 da câmara. O Presidente, Willer Marcos informa que em assuntos gerais

64 será tratado sobre ligações indevidas com o telefone do CMSBH. Fez o convite do SINMED MG, dia 02/07
65 às 18h30' posse da nova diretoria do da FHEMIG. Logo em seguida convidou-se a Gerente Ninon Fortes de
66 Miranda, (Gerência de Regulação da SMSA) para fazer a apresentação do **Contrato Global da Santa Casa**
67 **de Belo Horizonte** - Apresentação da foi realizada pela Sr^a, Ninon Fortes de Miranda, gerência de
68 Regulação/SMSA, lembra que é um momento histórico que a smsa está vivendo, no cenário nacional, no
69 que se refere a parceria que está sendo construída com a Santa Casa. Lembra que a questão já foi
70 discutida nas três câmaras técnicas. Lembra da oportunidade de oferecer tanto a Sta Casa e à outros
71 hospitais filantrópico, de se tornarem 100% SUS. Foi elaborada uma portaria genérica que prevê que
72 qualquer hospital filantrópico que apresente uma carta de intenções para se tornar 100% SUS. Mas para
73 isso será necessário que haja interesses das duas partes, oferecendo serviços e leitos hospitalares que
74 interesse à smsa, principalmente clínica médica, cti- adulto e ortopedia em especial, e os hospitais devem
75 ter o controle social. Também está em discussão a carta de intenção. Esclarece que há uma deficiência de
76 leitos hospitalares na rede. O município de BH possui um nº de 557 leitos, e atualmente há um déficit de
77 1500 leitos. E baseado nesta demanda, justifica-se o estabelecimento desta parceria com o hospital Santa
78 Casa e outros. A portaria é 1000 leitos SUS, que visa qualificação do atendimento, expansão dos serviços,
79 regulação dos serviços por meio da SMSA, onde haverá um médico regulador que observará os critérios
80 clínicos obedecendo as diretrizes da Lei 8080/90. No caso da Santa Casa de Belo Horizonte, a SMSA
81 percorreu três instrumentos jurídicos, que foram a Portaria, o Termo de Adesão Pactuado e o Contrato
82 Global. O projeto da Santa Casa será financiado com um recurso financeiro do Ministério da Saúde, teto
83 financeiro de BH, pela Portaria GM Nº 3245/2009, que prevê um repasse financeiro mensal a partir de
84 dezembro, de R\$ 4,6 milhões, que não é repassado de uma única vez. Ela esclarece que esta portaria do
85 ministério é uma portaria nova, e o município de belo horizonte é um projeto piloto no Brasil, e será para
86 bancar a região macro-centro, por isso não haverá restituição. A SMSA solicitou os seguintes requisitos dos
87 hospitais: 1) Ser 100% SUS, garantia de regulação pela smsa; 2) ampliação de leitos de 773 para 1085, co-
88 financiamento entre Santa Casa, SMSA; 3) Ministério da Saúde, a Santa Casa entra com a contra-partida de
89 18 milhões ano; 4) ter conselho local . Sobre as "regras do jogo": Fábio que é o (Gestor de Contratos da
90 Santa Casa/SMSA), Termo de Adesão: Esclarece que o nome Sta Casa de Misericórdia, porque esta é a
91 razão social da instituição. 1) Abertura de 312 leitos até março de 2011, cujos 219 serão para leitos de
92 atendimento com qualificação diferenciada e 93 leitos de UTI ; 2) incremento da produção hospitalar da
93 rede; 3) reforma da área física do hospital; 4) manutenção mínima dos 773 leitos já existentes, mesmo no
94 período de obras;5) Tornar 100% SUS até dezembro de 2011. Ele esclarece que o recurso destinado para
95 este projeto é de R\$ 4.369.904,83, cujo recurso é repassado do Ministério da Saúde para o Fundo Municipal
96 de Saúde, e não é um recurso carimbado para a Sta Casa, mas sim para a viabilização do projeto. O
97 recurso será gerido, conforme cláusulas do contrato atual, e haverá um repasse mensal de R\$ 1. 600.000,00
98 que somente será repassado se a Sta Casa mantiver os leitos funcionando, e a partir do momento que
99 houver diminuição de leitos também haverá diminuição dos recursos repassados. Com a abertura dos novos
100 leitos serão repassados R\$ 2,7 milhões, seguindo um cronograma encaminhado pela Santa Casa e avaliado
101 pela regulação da SMSA. O não cumprimento mínimo da meta de expansão acarretará na perda do
102 incentivo. Ressalta que este recurso não é um recurso para obra, mas para incentivo para a prestação de
103 serviços. Informa que a regulação dos leitos deverão ser 100% de regulação da smsa, e o hospital deverá
104 atualizar diariamente a grade de leitos na regulação da smsa, e isso exigirá uma informatização da Santa
105 Casa. A SMSA também está fazendo uma discussão sobre o papel do supervisor neste processo de
106 regulação, e esta também deverá acompanhar as equipes clínicas, e detectar internações indevidas,
107 visando melhoria do processo. Por último o fechamento do processo será feito pela central de internação,
108 regulação hospitalar, supervisão hospitalar e gerência de contratos. O terceiro item relacionado ao
109 financiamento está relacionado à uma antecipação de recursos para possibilitar que o hospital estruture a
110 ampliação, e isso já est. O valor será e 21 milhões (valor total de adiantamento), que serão feitos de forma
111 periódica, obedecendo o acompanhamento da smsa. O valor será ressarcido à smsa será debitado ao final
112 na AIH, com valores corrigidos. Foi apresentado um cronograma de abertura de leitos que vai de novembro
113 de 2009 à março de 2012. Foi enfatizado que a próxima parcela só será repassada se a meta anterior tiver
114 sido concluída. O não cumprimento das das metas acarretará em desconto. Se houver desistência por parte
115 da Santa Casa após a adesão, deverá haver a devolução de 100% de recursos antecipados. Os
116 conselheiros visualizaram fotografias da proposta de leitos padrões/modelo após a reestruturação. Após a
117 fala do Dr. Fábio, o administrador da Santa Casa enfatizou sobre a importância do Contrato Global da Sta
118 Casa e SMSA, visto que atualmente no hospital havia duas portarias diferenciadas, SUS e privado. Fala que
119 com isto estará gerando um déficit de medicina suplementar no município, que suprirá de certa forma o
120 déficit de leitos existentes atualmente no município. A direção da Santa Casa está trabalhando que o
121 hospital se adeque às necessidades da SMSABH. Logo em seguida o conselheiro **Rui Moreira fez a leitura**
122 **do seguinte Parecer 023/10 da Câmara Técnica de Financiamento:** *A Câmara Técnica de Financiamento*
123 *reunida no dia 22 de junho de 2010, para apreciação do Projeto Santa Casa 1000 leitos SUS, apresentado*
124 *pela Gerente de Regulação e Atenção Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde Ninon de Miranda*
125 *Fortes, Gerente de Controle Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, Ester Cardoso Dias e*
126 *representantes do Hospital Santa Casa de Belo Horizonte, Francisco de Souza Coelho Júnior, Werleis*

127 Rodrigues da Silva. Após análise e apreciação do referido projeto, conforme o Termo de Adesão à Rede
128 100% SUS-BH, que será viabilizado com recursos financeiros oriundos da Portaria GM/MS Nº.3.145, que
129 estabelece repasse mensais escalonados de 2009, incorporados ao limite financeiro mensal de Média e Alta
130 Complexidade do Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte. Os conselheiros presentes,
131 recomendam ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte a aprovação do Projeto Santa
132 Casa 1000 leitos SUS. Belo Horizonte, 22 de junho de 2010. **A conselheira Heloysa Vaz Despinoy fez a**
133 **leitura do**

134 Parecer 028/10 da CTGFT: A Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho reuniu-se no dia 24 de
135 junho de 2010, para analisar o Projeto Santa Casa 1000 leitos SUS, apresentado pelo Gestor de Contratos
136 da SMSA, com o Hospital Santa Casa de Belo Horizonte, Fabio Augusto de Castro, representantes do
137 Hospital Santa Casa de Belo Horizonte, Francisco de Souza Coelho Júnior, Werleis Rodrigues da Silva e
138 Eduardo Marinhos Swerts. Após análise e apreciação do referido projeto os conselheiros presentes,
139 recomendam ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a aprovação do Projeto Santa
140 Casa 1000 leitos SUS, com as seguintes recomendações: Nas reformas da área física, garantir a ambiência
141 de todas as categorias de profissionais que atuam na assistência, segundo as diretrizes da Política Nacional
142 de Humanização (PNH), e a Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde (NR – 32); Inclusão no
143 Contrato de adesão de um indicador mostrando a rotatividade de profissionais que atuam na assistência do
144 Hospital Santa Casa; Garantia de negociação por parte da SMSA/BH, com os municípios para que haja um
145 ressarcimento deste investimento feito pelo município de Belo Horizonte, no Hospital da Santa Casa;
146 Garantir por parte da SMSA priorização dos usuários do SUS/BH; Condicionar a liberação das verbas das
147 etapas do contrato com a Santa Casa pela SMSA, ao cumprimento dos acordos no Ministério do Trabalho e
148 encargos trabalhistas passado e presente; Garantir a participação efetiva de conselheiros municipais na
149 comissão permanente de acompanhamento do Hospital Santa Casa; Implantação imediata do Conselho
150 Local de Saúde, com participação de trabalhadores eleitos no seu segmento; Recomendamos a não
151 substituição dos profissionais da assistência por estagiários; Garantir a qualidade da assistência, com
152 número suficiente de profissionais, insumos e equipamentos; Belo Horizonte, 24 de junho de 2010. A
153 conselheira Angela Eulália dos Santos fez a leitura do Parecer 029/10 da CTCAM. A Câmara Técnica de
154 Controle, Avaliação e Municipalização, reuniu-se no dia 30 de junho de 2010 para apreciar o Termo de
155 Adesão do Hospital Santa Casa de Belo Horizonte 100% SUS. Após a avaliação do documento, os membros
156 da CTCAM recomendam ao plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, não aprovar o
157 termo e sugere que o mesmo seja remetido ao Ministério Público para apreciação. Após a leitura dos
158 pareceres, foi aberto espaço para o posicionamento dos conselheiros. O conselheiro Welson Alexandre, falou
159 que faz parte da comissão de contratos e que ele não participou do processo de elaboração deste contrato
160 com a Santa Casa – Fábio esclareceu que o conselheiro estava presente na reunião quando foi feita as
161 primeiras discussões sobre o contrato, mas a elaboração do termo de adesão e do contrato foi uma parte
162 que competiu à parte técnica da SMSA. Os principais questionamentos foram: 1) Questão trabalhista dos
163 funcionários do hospital. 2) os valores que forem repassados aos poucos, gerarão juros; 3) preocupação de
164 investimento preocupação do investimento de verbas públicas com o setor privado; 4) O conselheiro Paulo
165 Venâncio questiona que SUS está sendo cada vez mais complementar para a rede privada. Questiona ainda
166 que se, o Ministério da Saúde tem 21 milhões para dar para setor privado, porque não se investe em
167 equipamentos públicos. Fala que este valor poderia ser aplicado na atenção básica, uma vez que esta está
168 em péssimas condições. Questiona também se haverá uma divisão de caixas, Hospital Santa Casa e
169 Hospital São Francisco. Informa que a sua entidade irá ao Ministério Público denunciar que enquanto os
170 hospitais públicos estão a míngua, recursos públicos estão sendo destinados para o privado. Fábio Gerra
171 Gestor de Contratos SMSA- faz o esclarecimento sobre o questionamento do conselheiro Welson, e fala que
172 no dia 22 de abril foi realizada uma reunião, onde os dois foram convidados e foi apresentada as bases do
173 contrato. No entanto sobre o ponto de vista jurídico, desdobramento e elaboração do documento era um
174 uma equipe técnica. Informa que ainda não houve outra reunião e quando ela for marcada os conselheiros
175 serão comunicados. A conselheira Angela, trabalhadora da unidade básica, fala que fica triste por ver um
176 recurso deste ser injetado no setor privado, e não nas UBS. Não está havendo prevenção nem promoção o
177 número de leitos apenas irá aumentar. O presidente Willer Marcos, falou que se fizer a municipalização da
178 Santa Casa é melhor do que destinar recursos para reestruturá-la. Questiona sobre a garantia após 2012, a
179 Santa Casa continuará 100% SUS, e se realmente haverá o ressarcimento. No que se refere a proposta de
180 Paulo Venâncio em encaminhar consultar o Ministério Público, ele acredita que o órgão está
181 sobrecarregado. O conselheiro Marcos José (gestor) fala da dificuldade que municípios tem em encontrar
182 leitos, e que estes municípios tem como referência BH. Esclarece que o fato da instituição ser filantrópica
183 ela será tutelada pelo Ministério Público (Santa Casa), e por isso não poderá de uma hora para outra fechar,
184 porque será necessário consultas a vários órgãos ligadas a elas. Fala que a gestão preocupou-se
185 principalmente em ampliar o atendimento, aliado com qualidade. O objeto principal é o aumento de leitos, o
186 custo aumenta com qualidade e integralidade na assistência. O conselheiro Paulo César Machado (gestor)
187 ressalta a realidade que deve ser enfrentada, que deve demonstrar que foi feita uma engenharia que visa
188 atender as necessidades do gestor do SUS do município, do gestor e principalmente às demandas e
189 necessidades dos usuários. Fala que a SMSA está buscando uma alternativa para ampliar o nº de leitos

190 neste municípios. Fala que a realidade de Belo Horizonte é diferenciada de outros municípios, como é o
191 caso do Rio de Janeiro (maioria dos leitos são públicos), sendo que BH não possui leitos (ouvir a fita).
192 Propõe a aprovação do Contrato da Santa Casa, e que o mesmo seja remetido ao Ministério Público para
193 acompanhamento. O conselheiro Paulo Venâncio, lembrou Lei 8080 os Hospitais filantrópicos devem ser
194 complementares à rede SUS. Fala que a santa casa está fazendo um contrato com a SMSA , mas está com
195 uma dívida de R\$ 30 mil por mês. Fala que se atualmente a smsa não tem condições de competir com os
196 privados, que posteriormente tem que haver leitos suficiente para competir com os privados. Fala que não
197 vê uma programação e projetos para a secretaria desprivatizar o sus. E com 22 anos de controle social e os
198 usuários acabam acreditando que podem aceitar qualquer coisa. O conselheiro Welsonm se retratou, sobre
199 a questão da não participação da reunião sobre contratos, e se dispos participar da próxima reunião.
200 RESPOSTAS : NINON de Miranda Fortes, esclarece que o parecer da ctcam , ela entende que o papel do
201 Ministério Público é fiscalizar, mas não na formulação da política pública de saúde, sendo este o papel do
202 conselho de saúde. Esclarece que SMSA não será gestor da Santa Casa, e para isso é existirão os
203 sindicatos, para tratar as questões trabalhistas, quando for o caso. Ressaltou que a matriz do Plano
204 Municipal de Saúde é a assistência na atenção primária, que foi discutida na Conferência Municipal de
205 Saúde, sendo a prioridade desta gestão. Mas que ainda há pessoas que necessitando de leitos. E ressalta
206 que ser imoral deixar as pessoas morrerem . Fábio Augusto Guerra – Gestor de Contratos/SMSA lembra
207 que a Legislação do SUS é possível haver a compra de serviços pelo sistema único do privado, e que o
208 futuro dessa parceria pode ser a municipalização. Esclarece que o controle os caixas da Santa Casa e
209 Hospital São Francisco são diferenciados. Após esclarecimentos por parte da gestão, o Presidente do
210 CMSBH apontou os seguintes **encaminhamentos para votação: 1) Aprovar o Termo da Forma que ele
211 está, encaminhar ao Ministério Público para acompanhamento do processo – por unanimidade. O
212 plenário aprovou a proposta e por unanimidade o Projeto Santa Casa 100% foi aprovada ASSUNTOS
213 GERAIS - O Cronograma das plenárias de renovação do CMSBH 2010/2012 foi aprovado, e os
214 trabalhadores farão sua plenária no dia dia 04/08 às 14h. Sobre a questão do uso indevido do ddd
215 031 nas ligações interurbanas realizadas pelo cmsbh.** Paulo César Machado Pereira esclareceu que o
216 cmsbh tem recebido contas de gestão passada para serem atestada. Ressalta existe uma norma da PBH
217 que não se pode fazer ligação para por 31, e quando isso acontece deve haver o ressarcimento. Falou que
218 ele pagou ele pagou um valor de R\$ 6.00. e a pareceu uma nova conta, e que o fundo municipal não pode
219 quitar. Paulo Venâncio faz a proposta de os conselheiros tem direito de fazer a ligação, mas é necessário
220 passar pela Secretaria Executiva. Marcos José esclareceu que a smsa não está proibindo de realizar a
221 ligação, mas dentro pela operadora 21. Paulo César Machado pontua que existem duas questões, uma é
222 como será paga a conta telefonica com ligações indevidas, e a segunda é o acesso dos conselheiros à sala
223 da Secretaria Executiva, visto que vários conselheiros entram e não respeitam o local de trabalho. Após
224 ampla discussão, os conselheiros deliberaram que: Será encaminhado à SMSA um ofício comunicando que
225 as contas telefônicas que chegarem dia 01 de julho de 2010, com ligações indevidas deverão ressarcidas
226 pelo fundo municipal de saúde de Belo Horizonte, com o recurso do CMSBH e aprovaram a seguinte
227 Resolução: A partir de 01/07/2010, o acesso dos conselheiros à sala da secretaria executiva ficará restrito, e
228 caso necessitem fazer qualquer tipo de ligação deverão solicitar ao funcionário desse setor. O presidente
229 Willer Marcos Ferreira informou que em virtude de sua candidatura à Deputado Estadual, a partir desta data
230 ele está se afastando da Presidência do CMSBH, e ficou aprovado entre os conselheiros que a vaga de
231 Presidente ficará vaga até a data da renovação. Nada mais havendo para ser tratado, a reunião foi
232 encerrada às 18h05', cuja ata após aprovada, será assinada pelo Presidente e Secretário Geral do Conselho
233 Municipal de Saúde. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES: Adilson Campos de Braga, Angela Eulália
234 dos Santos, Aurinho Ferreira de Matos, Heloysa Lino Vaz Despinoy, João Batista da Cunha, José Coelho
235 dos Santos, Kátia Valéria dos Santos, Marcos José Mendes, Maria Cândida de Lélis Moreira, Márcia Faria
236 Moraes Silva, Paulo César Machado Pereira, Paulo Roberto Venêncio de Carvalho, Rui Moreira, Willer
237 Marcos Ferreira. CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES: Luiz Pereira da Silva, Welson Alexandre
238 Santos, Maria Cristina Fiuza, Jorge Ribeiro Nascimento, Rosemeire Rodrigues Souza, Ana Maria de Souza
239 Matos, Valdelice de Moura, Andréia Hermógenes Martins, Sandra Maria dos Santos, Maria das Graças de
240 Souza Vieira – JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA: Antônio Carlos dos Santos, Cleide Donária de Oliveira,
241 Cristiano Gonzaga da Mata Machado, Gianni Brighenti, Heliana Conceição Moura, José Brandão Maia, Ana
242 Maria Caldeira Oliveira. Belo Horizonte 01 de julho de 20010. ETC